Universidades Lusíada

Marçano, Isabel

Desemprego, procura de emprego e expectativas : um estudo junto de desempregados no sul de Portugal

http://hdl.handle.net/11067/4328
https://doi.org/10.34628/1v8g-tt25

Metadados

Data de Publicação 2017

Resumo

Este artigo prossegue a apresentação de resultados de pesquisa sobre o desemprego no Sul de Portugal. Muito especialmente analisa-se como foi obtido o último emprego e as estratégias de procura de emprego, bem como as expectativas de emprego: na actualidade, dentro de 2 ou 3 anos e perspectivas de futuro para o próprio e para os seus filhos. Esta reflexão é feita a partir da análise de dados recolhidos em inquérito por questionário em dois momentos de inquirição (2005/06 e 2014) a duas amostras...

This article continues the presentation of research results on unemployment in Southern Portugal. The job search strategies and the job expectations are analyzed, as well as the expectations of the job: nowadays, within 2 or 3 years, and future prospects for them and for their children. This reflection is based on the analysis of data collected in a questionnaire survey at two moments of interview (2005/06 and 2014), with two samples of 300 people each (150 men and 150 women) in a situation of ...

Palavras Chave Desemprego - Portugal, Desemprego - Aspectos sociais - Portugal

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCEE] LEE, n. 22 (2017)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-29T14:41:49Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

DESEMPREGO, PROCURA DE EMPREGO E EXPECTATIVAS
Um estudo junto de desempregados no Sul de Portugal

Isabel Marçano
Centro Interdisciplinar de Investigação em Ciências Sociais
da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA)

Resumo: Este artigo prossegue a apresentação de resultados de pesquisa sobre o desemprego no Sul de Portugal. Muito especialmente analisa-se como foi obtido o último emprego e as estratégias de procura de emprego, bem como as expectativas de emprego: na actualidade, dentro de 2 ou 3 anos e perspectivas de futuro para o próprio e para os seus filhos.

Esta reflexão é feita a partir da análise de dados recolhidos em inquérito por questionário em dois momentos de inquirição (2005/06 e 2014) a duas amostras de 300 pessoas cada (150 homens e 150 mulheres) em situação de "desemprego" nos concelhos de Alcácer do Sal, Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra.

As conclusões apontam para: a importância dos laços familiares, com amigos e colegas na procura de emprego; o agravamento em 2014 das expectativas negativas de emprego, bem como das perspectivas de futuro. Uma minoria de entrevistados gostaria de criar o próprio emprego mas confronta-se com a falta de recursos financeiros e de apoios que estimulem o empreendimento. Receiam também a instabilidade da vida económica, as alterações frequentes na legislação fiscal e a falta de apoio e proteção social estatal aos pequenos empresários se o negócio falhar. Relativamente aos descendentes domina a atitude de confiança em relação ao futuro mesmo se decresce em 2014.

Palavras-chave: Emprego, Desemprego, Expectativas e empreendedorismo.

Abstract: This article continues the presentation of research results on unemployment in Southern Portugal. The job search strategies and the job expectations are analyzed, as well as the expectations of the job: nowadays, within 2 or 3 years, and future prospects for them and for their children.

This reflection is based on the analysis of data collected in a questionnaire survey at two moments of interview (2005/06 and 2014), with two samples of 300 people each (150 men and 150 women) in a situation of "unemployment" in the counties of Alcácer do Sal, Amadora, Cascais, Lisbon, Oeiras and Sintra. Deep interviews were also conducted.

The conclusions point to: the importance of family ties, and ties with friends and colleagues in job search; the worsening of negative employment expectations in 2014 as well as the prospects for the future. A minority of respondents would like to create their own jobs but are faced with a lack of financial resources and support to stimulate entrepreneurship. They also fear the instability of economic life, frequent changes in tax legislation, and the lack of state social protection

and support for small business owners if business fails. With regard to their own children the attitude of confidence is dominant even if it decreases in 2014.

Keywords: Employment, Unemployment, Expectations and entrepreneurship.

1. Introdução

A análise histórica da "invenção" do desemprego permite perceber que as fronteiras entre emprego, desemprego e inactividade não foram sempre claras. Pelo contrário, surgem como categorias socialmente constituídas que, portanto, revelam concepções e representações das relações dos homens com o trabalho.

A categoria "desemprego" é relativamente recente, consequência da sociedade que se foi erigindo ao longo de séculos. Trata-se de uma construção histórica da organização social cujos momentos principais foram o fim do século XIX, início do XX e anos 1930.

A identificação e o reconhecimento do desemprego enquanto categoria social, estatisticamente mensurável, constituem elementos de um processo que assenta na consciência da impossibilidade de regresso às modalidades de organização social e económica pré-capitalistas. Por muito tempo, os desempregados são privados de quaisquer direitos e formas de rendimento, vítimas de um opróbrio social que os marca de parasitas e incapazes.

O processo de constituição da legitimidade do desemprego enquanto problema social é igualmente reforçado pela emergência de instituições especializadas nas questões do desemprego e dos desempregados, bem como de atribuição de prestações sociais destinadas a garantir rendimento durante o desemprego (subsídio de desemprego).

Em inquérito de opinião conduzido em 2014 na EU (Eurobarómetro), 65% dos portugueses indicavam o desemprego como o principal problema do País bem como 49% do conjunto dos europeus. Os portugueses consideram ainda a situação económica como o principal desafio (49%) a par de 40% do conjunto dos europeus. Nem uns, nem outros revelam confiança nas instituições europeias e nacionais. Só 13% dos portugueses confiam no Parlamento nacional contra 27% da média da UE e somente 14% confiam no Governo contra 26% da média da UE. Além disso, apenas 41% dos portugueses afirmam ver a globalização como oportunidade de crescimento, contra 52% da média da UE.

Considerando a importância de melhor conhecer práticas sociais e imaginário colectivo de populações sem emprego, este artigo explora que estratégias afirmam os desempregados desenvolver para conseguir emprego, como foi obtido o seu último emprego, quais as suas expectativas de emprego na actualidade e dentro de 2 ou 3 anos, quais as perspectivas de futuro para si próprio e para os seus filhos.

2. Revisão técnica

2.1 Relações sociais e procura de emprego: laços fracos e laços fortes

A fé nas próprias capacidades, as oportunidades e capacidades de prevenção face ao futuro e ao inesperado, a confiança nos outros e na reciprocidade dos gestos e o crédito votado às instituições como instrumentos de protecção colectiva face ao imponderável assumem-se como factores estruturantes no sucesso de estratégias de resiliência individual e colectiva. Para ancorar tais estratégias, tornam-se indispensáveis as redes de relações sociais.

Por essa razão, as teorias do capital social, na enorme diversidade de entendimento deste conceito, têm vindo a demonstrar a "força dos laços fracos" e, sobretudo, o papel estrutural das redes de relações sociais na criação de segurança e de coesão social, mas também de competitividade na sociedade moderna. Granovetter (1973) introduziu novos conceitos de rede e classificou os laços sociais existentes em fracos (*weak ties*), aqueles nos quais o investimento é menor ou nulo, como, por exemplo, entre indivíduos participantes de um grupo ou associação, e fortes (*strong ties*), nos quais os indivíduos despendem mais tempo, intensidade emocional e trocas; por exemplo, com o círculo familiar e de amigos.

Que tipo de laços predominam na procura de emprego?

2.2 Contornos e fronteiras do conceito "desemprego"

A noção de desemprego nasce tanto de necessidades práticas quanto do desejo de compreensão de um novo fenómeno. Segundo Topalov (1994) a "invenção do desemprego" foi uma autêntica batalha de palavras e representou uma reorganização completa das representações sociais. Foi necessária grande inovação lexical para fazer surgir a categoria "desemprego". E esta, por si só, é forte indício da génese de uma nova representação do desempregado (trabalhador industrial sem trabalho).

Ledrut (1966) distingue três tipos de desemprego: de crise, estrutural e tecnológico. Desemprego de crise corresponde à recessão da actividade económica devido às flutuações dos movimentos de capitais, que provoca a supressão de empregos; desemprego estrutural respeita a fase de expansão na qual se produzem certos movimentos de empresas (fusão, concentração) que põem em causa o equilíbrio compensador entre criação e desaparecimento dos empregos; desemprego tecnológico abrange movimentos de emprego devido à mudança técnica.

A composição do volume de desemprego é bastante diferenciada e, sob o prisma da reinserção profissional, poderá traduzir a existência de desemprego a duas velocidades: desemprego de transição e desemprego de exclusão (Clavel, 2004: 71). O "desemprego de transição" caracteriza-se por passagem rápida pela

situação de desemprego. Trata-se de situação em que o tempo curto de afastamento do mercado de trabalho não compromete possibilidades de reinserção. Tal situação, ao prolongar-se indefinidamente, corporiza a precariedade crónica do "desemprego de exclusão".

Um dos problemas da identificação do desemprego resulta do facto de este implicar a combinação de um critério de situação – não ocupar emprego – com um critério de comportamento – procurar emprego. De acordo com a OIT, o desemprego poderá abranger todas as pessoas que, a partir de idade determinada e ao longo de um período de referência estejam: sem trabalho (isto é, não tenham emprego assalariado ou não assalariado); disponíveis para o trabalho (emprego assalariado ou não assalariado, durante o período de referência) e à procura de trabalho (diligências, num período recente definido, para encontrar emprego assalariado ou não assalariado)[1].

Tais condições são muito abrangentes mas não resolvem totalmente o carácter potencialmente ambíguo do fenómeno; se a primeira clarifica que nos reportamos a trabalho realizado com ou sem remuneração, a segunda não contempla constrangimentos decorrentes de doença ou frequência de cursos de formação e a terceira não define modalidades de procura de emprego admissíveis (Freyssinet, 1991).

Assim, existem populações que não estando objectivamente empregadas também não contam para as estatísticas de desemprego. São o caso de desempregados que não procuram emprego ativamente, formandos em ações de qualificação profissional, desempregados inseridos em qualquer programa de emprego promovido pelos serviços estatais, estagiários, bem como a população emigrada.

3. O desemprego em número

No caso português, dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) confirmam o crescimento do número de desempregados ocupados em programas: em 2014 uma média mensal de 160.64, em comparação com 31.479 em 2009. Desta forma, uma parte significativa de desempregados não entra nas estatísticas.

O volume de desemprego tem sofrido grande aumento desde o fim da década de 1990. Freyssinet (1991) reconhece algumas transformações essenciais no mercado de trabalho com capacidade explicativa para o aumento de desemprego. A destruição das formas de produção pré-capitalista implica que determinados grupos sociais busquem rendimentos alternativos, nomeadamente pela procura de trabalho assalariado. Simultaneamente, os períodos de redução do salário real, proveniente do trabalho do "chefe" de família, evidenciam a

[1] Conceito de desemprego segundo a "Resolução sobre Estatísticas da População Activa, do Emprego, do Desemprego e do Subemprego" da *13ª Conferência Internacional dos Estaticistas do Trabalho*, OIT, 1982.

insuficiência de um único salário para satisfazer as necessidades de uma família operária, obrigando mulheres e crianças a ingressar no mercado de trabalho.

Concomitantemente, o ritmo e as modalidades de acumulação de capital, pautados por crises cíclicas que provocam a diminuição do nível de actividade e pela introdução de técnicas mais mecanizadas que reduzem as necessidades de mão-de-obra, podem, em certas fases, conduzir à destruição de postos de trabalho. É pela combinação de tais movimentos que Freyssinet explica a constituição de uma espiral crescente de desemprego permanente, mas de amplitude variável que, num mercado de trabalho fortemente concorrencial, exerce pressão sobre o nível salarial e sobre as condições de trabalho.

Segundo dados do INE, a taxa de emprego no final de 2014 reduzia para 50,4% enquanto a taxa de desemprego dava sinais de subida para 13,5% situando-se a média anual em 13,9%. Às datas de inquirição o desemprego oficial registado em Portugal era de 7,6% em 2005 e em 2006 e de 13,9% em 2014, predominando o desemprego feminino (quadro 1). Segundo relatório do INE (4/2/2015), "O aumento trimestral da população desempregada ocorreu essencialmente nos seguintes segmentos populacionais: homens (19.400; 5,9%); pessoas com 45 e mais anos (9800; 4,1%); pessoas com um nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário (12.800; 7%); à procura de novo emprego (19.900; 3,3%), provenientes do sector dos serviços (11.100; 3%); à procura de emprego há menos de 12 meses (20.300; 8,9%)".

O desemprego de longa duração continua a ter um peso considerável no total. Olhando para a totalidade dos desempregados, 35,5% procuravam emprego há menos de 12 meses e 64,5% estavam nessa situação há 12 ou mais meses. O desemprego jovem, que estava a cair desde o segundo trimestre de 2014, voltou a aumentar (embora haja menos desemprego jovem do que em 2013 - diminuiu de 36,1% para 34%).

Com tais valores, Portugal registava a quarta taxa mais alta de desemprego (abaixo da Grécia, Espanha e Chipre) entre as economias da União Europeia. No conjunto dos países da UE, a taxa de desemprego situou-se nos 10%, um pouco abaixo dos 11,5% registados na Zona Euro (novembro de 2014).

Quadro 1. Taxa de desemprego em Portugal (%)

Anos	Homens	Mulheres	Total
2000	3,1%	4,9%	3,9%
2005	6,7%	8,6%	7,6%
2006	6,5%	8,9%	7,6%
2013	16%	16,6%	16,2%
2014	13,5%	14,3%	13,9%
2016	11,1%	11%	11,2%

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Mas o problema não é apenas o desemprego mas também o trabalho precário. A média de trabalho precário nos países europeus era de 12,3%. No entanto, Portugal, Espanha, Polónia, Eslovénia e Holanda registam uma taxa acima de 20%. Os jovens são os mais afetados devido ao facto de não conseguirem encontrar um emprego permanente (OIT, 2016).

Algumas das razões apontadas pela OIT para este aumento é o crescimento do setor dos serviços face ao da indústria e agricultura, os avanços tecnológicos e as alterações das estratégias organizacionais das empresas. Neste âmbito, a OIT considera ter a crise económica da última década, afetado países como Portugal, explicando o aumento da precariedade, com as empresas a adotarem medidas de redução dos custos.

Em 2012 (Eurostat), Portugal era o terceiro país da União Europeia com maior número de trabalhadores independentes, a seguir à Grécia e Itália. 21,1% de toda a população empregada em Portugal trabalhava por conta própria. A média da União Europeia situa-se nos 15,2% (0,1 pontos percentuais acima da Zona Euro). A grande parte dos trabalhadores em Portugal por conta própria (76,1%) não tem funcionários sob a sua alcançada. A maior parte dos trabalhadores independentes em Portugal estão na agricultura (39,9%) e nos serviços 34,3%.

Olhando os dados estatísticos em 2015 estes revelam a vitalidade dos trabalhadores por conta própria não empregadores sobretudo no grupo de trabalhadores com baixo nível de escolaridade (63,7% em contraste com 22,5% no conjunto da UE ou comparando com 17,3% que trabalham por conta própria em Portugal e que são detentores do ensino secundário e pós-secundário ou com 19% com ensino superior).

4. Metodologia

Esta reflexão é feita a partir da análise de dados recolhidos em inquérito por questionário em dois momentos de inquirição (2005/06 e 2014) a duas amostras de 300 pessoas desempregadas cada (150 homens e 150 mulheres) nos concelhos de Alcácer do Sal, Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra. Consideraram-se pessoas desempregadas as que afirmavam estar sem emprego, independentemente de estarem ou não inscritas em um Serviço de Emprego do IEFP e de procurarem ou não emprego.

Foram realizadas ainda entrevistas aprofundadas a 30 homens e 30 mulheres em 2005/6 e em 2013 a fim de aprofundar resultados de análise.

5. Resultados

Vejam-se à partida, alguns dados de caracterização das amostras.

5.1 Idade, escolaridade e nível de instrução

Os inquiridos do presente estudo (idades compreendidas entre 16 e 60 anos) apresentam idade média de cerca de 40 anos. Os escalões etários distribuem-se de forma relativamente equitativa. O nível de instrução, é diverso e apresenta uma diferença percentual entre níveis de instrução mais básicos (1º, 2º e 3º ciclos) e mais avançados (secundário e superior), sendo que a maioria dos desempregados inquiridos aparece entre os primeiros níveis de qualificação.

Quadro 2 - Níveis de instrução das amostras em 2005/06 e 2014

Ano / Escolaridade	2005/06	2014
1º ciclo	27,3%	27%
2º ciclo	26,7%	27%
3º ciclo	24,7%	25%
Secund. e pós secund.	9,3%	9%
Superior	12%	12%

Quanto à nacionalidade, a generalidade é de nacionalidade portuguesa (cerca de 97%). Os restantes vêm predominantemente de países de língua oficial portuguesa.

5.2 Situação face ao emprego

A quase totalidade dos inquiridos em 2005/06 já teve um emprego remunerado (96%), valor que decresce na inquirição em 2014 para uma maioria de 84% enquanto aumentam para 16% aqueles que nunca tiveram um emprego remunerado (Quadro 3).

Quadro 3. Situação face a emprego (2014)

Ano / Emprego	2005/06	2014
Já teve emprego	96%	84%
Nunca teve emprego	4%	16%
Total	100%	100%

5.3 Duração do desemprego e variáveis associadas

Sobre o total de inquiridos que tiveram emprego remunerado nota-se que a situação de desemprego entre 6 a 12 meses é a mais frequente em 2005/06 como em 2014 (56,5% e 52%, respectivamente). Segue-se o desemprego há menos de 6 meses e há mais de 12 meses (mais 4% em 2014 que em 2005/06).

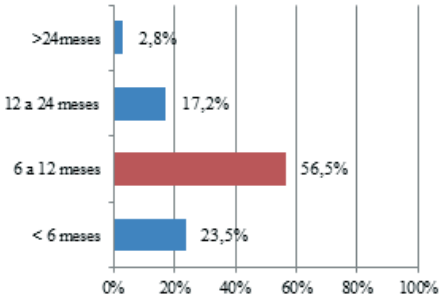


Figura 1. Duração da situação de desemprego (2005/06)

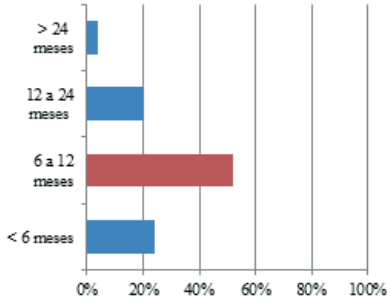


Figura 2. Duração da situação de desemprego (2014)

Para 60,5% em 2005/06 e para 69% em 2014 o desemprego ocorre pela primeira vez, enquanto 39,5% em 2005/06 e 31% em 2014 repetem a situação de desemprego.

Em qualquer dos anos de inquirição não há diferenças entre homens e mulheres quanto à duração do desemprego. Assim, uma clara maioria vivencia o desemprego pela primeira vez, em qualquer dos anos de inquirição.

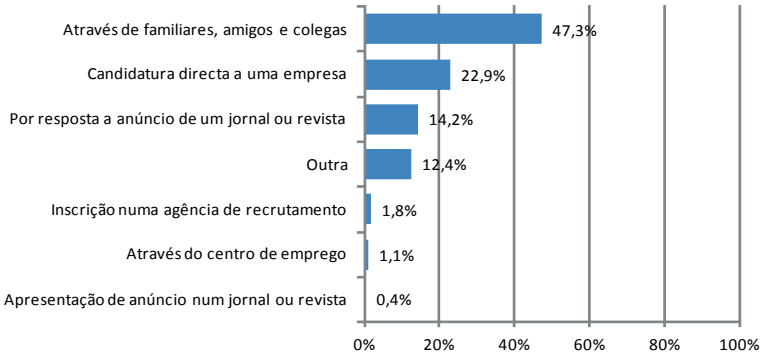
5.4 Como conseguiu o último emprego

Relativamente ao modo como obteve o último emprego (Figura 5), os valores em 2005/06 e 2014 são muito semelhantes. Nota-se que as redes sociais e familiares dos inquiridos desempenharam um papel principal, segundo indicação de quase metade dos inquiridos em 2005/06 (47,3%) e em 2014 (48%). A segunda estratégia mais referenciada foi a candidatura directa a uma empresa, seguida da resposta a anúncio.

Estas duas últimas estratégias expressam uma acção directa sobre o mercado. Não obstante, evidenciam diferentes tipos de intervenção. A resposta a anúncio pode ser identificada como reacção às necessidades do mercado, enquanto a candidatura directa se reporta a uma atitude de "pressão" sobre o mercado.

As modalidades "inscrição numa agência de recrutamento", "através do CE" e "apresentação de anúncio num jornal ou revista" foram as menos identificadas (3,2%). Em termos de caracterização poderá dizer-se, que envolvendo igualmente pró actividade, estas estratégias apresentam, por um lado, enfoque sobre um mediador (agência de recrutamento) e, por outro, uma atitude de "espera" à reacção por parte do mercado de trabalho.

Figura 3. Como conseguiu o último emprego (2005/06)



Na inquirição de 2014 a tendência repete-se: importância das redes sociais e familiares dos inquiridos (48%) complementada por candidatura directa a uma empresa (20%) e por resposta a anúncio de jornal ou revista (18%). A inscrição em agência de recrutamento aumenta para 3%.

Ao analisar o modo de obtenção do último emprego (2005/06 e 2014), em função do sexo, idade e qualificações não se encontram diferenças por sexo. Todavia, o nível de instrução anda efectivamente associado com o modo de obtenção do último emprego em 2005/06 e em 2014. Dada a semelhança de dados veja-se a situação em 2005/06 (c224,275 = 57,89; $p < .001$), o que se traduz, em maior tendência de os desempregados com o 1º ciclo completo conseguirem emprego através do contacto com familiares, amigos e colegas, bem como através de candidaturas directas. Os inquiridos com 2º ciclo completo também se apoiam maioritariamente na rede informal de contactos, enquanto os inquiridos com 3º ciclo tendem para a via de inscrição numa agência de recrutamento.

Além disso, os desempregados com o 12º ano conseguiram emprego mais através de uma candidatura directa e os licenciados por resposta a anúncio. De notar ainda a seguinte relação significativa: indivíduos que conseguem o último emprego através de inscrição em agência de recrutamento ou publicação de anúncio têm nível de instrução secundário ou pós secundário ($\chi 2$=33,094; g.l.=9; p=0,000).

Quanto à idade (c224,275 = 45,17; $p < .05$), são os mais jovens (menos de 25 anos) que mais conseguem emprego através do CE e de agência de recrutamento, enquanto nos mais idosos (mais de 55 anos) aparece a tendência de conseguir emprego através de candidatura directa a empresa.

5.5. Estratégias de procura de emprego

Apesar de todos os inquiridos se encontrarem em situação de desemprego, em 2005/06 uma parte refere não procurar emprego (12%), valor que diminui

para 2% em 2014, pelo que em 2014 a quase totalidade da amostra afirma procurar emprego.

Sobre as iniciativas de procura de emprego nos últimos meses (Figuras 5 e 6), verifica-se que as acções com recurso a redes sociais e familiares (ajuda de familiares, amigos e colegas) constituem a estratégia mais corrente em 2005/06 como em 2014 para cerca de metade dos inquiridos (50% e 51%, respectivamente). A resposta a anúncios de jornal ou revista surge como segunda prática mais comum (23% e 20%, respectivamente.

Em 2014, 15% dos inquiridos (mais 4% que em 2005/06) contactam com técnicos do CE enquanto que 5% (menos 5,7% que em 2005/06) opta por uma candidatura directa a potenciais empregadores. As iniciativas onde se verificam percentagens mais baixas foram principalmente os anúncios em jornais ou revistas, apresentação em entrevistas e outras. A inscrição numa agência de recrutamento aumentou substancialmente em 2014 (8%).

Quadro 4. Iniciativas de procura de emprego nos últimos meses (2005/06 e 2014)

Ano / Tipo de iniciativa	**2005/06**	**2014**
Pedido ajuda familiares e amigos	50%	51%
Resposta a anúncios	23%	20%
Contacto Centro de Emprego	10,7%	15%
Inscrição agência recrutamento	1,5%	8%
Colocou anúncio jornal	0,4%	0%
Candidatura direta	10,7%	5%
Apresentação a entrevistas	1,9%	1%

Fonte: Base de dados do Inquérito.

A análise efectuada não sugere diferenças de resultados entre homens e mulheres, nem por idade, nem por nível de instrução, para qualquer dos anos investigados.

Conclui-se ainda a notória semelhança com as estratégias que levaram à obtenção do último emprego: sobretudo o pedido de ajuda a familiares, amigos e colegas, bem como a resposta a anúncios. Assim, em 2014 como em 2005/06 os inquiridos tendem a repetir as estratégias que já puseram em prática no passado e, provavelmente, funcionaram positivamente.

5.6. Expectativas de emprego na actualidade

Ao analisar o entendimento acerca das expectativas de emprego na actualidade em 2014 (Figura 7), observa-se que a atitude optimista ("provável ou muito provável conseguir emprego") é de menos de metade face a 2005/06,

o que significa que os inquiridos estão mais pessimistas do que então. Assim sendo, e quando analisados os indicadores de pessimismo em conjunto ("nada ou pouco provável conseguir emprego") obtém-se o valor de 60% em 2014 e 43% em 2005/06.

Quadro 5. Expectativas de emprego na atualidade (2005/06 e 2014)

Ano / Expectativas de emprego na atualidade	**2005/06**	**2014**
Muito provável	13,2%	7%
Provável	42,9%	33%
Pouco provável	31,9%	41%
Nada provável	12%	19%
Total	100%	100%

Fonte: Bases de dados do Inquérito.

Analisadas as expectativas em função do tempo no desemprego a tendência de resultados nos dois momentos de análise é divergente. Em 2005/06 quem se encontrava desempregado à menos de 6 meses tendia a ter expectativas mais positivas de conseguir um emprego (77,8%) do que aqueles que se encontravam desempregados entre 6 meses a um ano (53,1%), entre um a dois anos (43,2%) e há mais de dois anos (25%) – Figura 9. Em 2014 a tendência é inversa com os desempregados à menos de 6 meses e entre 6 meses e um ano a revelarem maior pessimismo do que os desempregados há mais de um ano (Figura 10).

Quadro 6. Expectativas de emprego na atualidade de acordo com a duração da situação de desemprego (2005/06)

Tempo no desemprego **Expectativas de emprego na actualidade**	**Menos 6 meses**	**6 meses - 1 ano**	**1 - 2anos**	**Mais 2 anos**
Otimista	77,8%	53,1%	43,2%	25%
Pessimista	22,2%	46,9%	56,8%	75%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Bases de dados do Inquérito.

Quadro 7. Expectativas de emprego na actualidade de acordo com a duração da situação de desemprego (2014)

Tempo no desemprego **Expectativas de emprego na actualidade**	**Menos 6 meses**	**6 meses-1 ano**	**1-2anos**	**Mais 2 anos**
Otimista	32%	47%	78%	85%
Pessimista	68%	53%	22%	15%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Bases de dados do Inquérito.

A exploração destes resultados em entrevistas é revelador do efeito da crise económica com a perda de empregos em massa na quebra de expectativas otimistas de parte significativa de desempregados que perderam o emprego pela primeira vez. Além disso, parte significativa dos mais idosos e desempregados há mais tempo espera a oportunidade de passagem à reforma pelo que é revelada uma atitude mais otimista.

5.7. Expectativas de emprego dentro de 2 ou 3 anos

No que concerne às expectativas de emprego dentro de 2 ou 3 anos (Figura 11) encontra-se um decréscimo do optimismo em 2014: de 32,3% em 2005/06, passou para 18% o valor dos inquiridos optimistas ("criará o seu emprego", "arranjará qualquer coisa mesmo que precária", "poderá vir a ter um bom emprego"). As expectativas negativas ("dificilmente arranjará emprego" e "continuará sem arranjar nada") sofreram um aumento considerável em 2014, enquanto a hipótese de criação do próprio emprego sofreu quebra notória (menos 10,3%).

Quadro 8. Expectativas de emprego dentro 2 ou 3 anos (2005/06 e 2014)

Expectativas de emprego dentro de 2 ou 3 anos	**2005/06**	**2014**
Poderá obter bom emprego	32,3%	18%
Arranjará algo mesmo precário	24,3%	32%
Dificilmente conseguirá emprego	23,3%	30%
Criará o seu emprego	16,3%	6%
Continuará sem nada	3,8%	14%
Total	100%	100%

Fonte: Bases de dados do Inquérito.

5.8 Perspectivas de futuro

Observação pormenorizada dos dados relativos a 2005/06 mostra que 45,33% dos inquiridos perspectivam o futuro com "entusiasmo e otimismo" mas 38,33% encaram-no com "muitos receios". Além disso, 5,33% sentem-se desencorajados e 2% sente amargura ou indiferença (Figura 12); 7% não sabe ou não responde. Quanto ao nível de instrução, indivíduos com o ensino secundário/pós secundário tendem a perspectivar o futuro com otimismo ($\chi 2$=17,755; g.l.=4; p=0,001).

Em 2014 o pessimismo em relação ao futuro agrava-se pois 45% dos inquiridos encaram o futuro com muitos receios, enquanto os entusiastas e otimistas se reduzem para 38%. Aqueles que afirmam sentir-se desencorajados aumentam para 8% enquanto 4% sente amargura ou indiferença; 5% não sabe ou não responde. Em qualquer dos anos, são também os indivíduos com o ensino secundário/pós secundário que tendem a afirmar maior optimismo em relação ao futuro.

Quadro 9. Como perspetiva o futuro (2005/06 e 2014)

Como perspetiva o seu futuro?	**2005/06**	**2014**
Com entusiasmo e otimismo	45,3%	38%
Com muitos receios	38,3%	45%
Desencorajado	5,3%	8%
Com amargura ou indiferença	2%	4%
Não sabe/ não responde	9%	5%
Total	100%	100%

Fonte: Bases de dados do Inquérito.

5.9 Expectativas em relação aos filhos

Quando questionados sobre as expectativas futuras relativamente aos seus descendentes, nota-se que a maioria dos inquiridos manifesta uma atitude de confiança e sentido positivo que decresce em 2014: em 2005/06, 44% consideram que os filhos terão uma vida melhor que a sua e em 2014 são 38%; outros mostram neutralidade, considerando que os filhos repetirão um nível de vida idêntico ao seu (24% em 2005/06 e 35% em 2014) e uma minoria muito incrementada manifesta pessimismo (1,8% em 2005/06 e 6% em 2014), considerando que as dificuldades dos filhos não lhes permitirão sequer aspirar a ter uma vida equivalente à dos seus pais.

6. Reflexões finais

Em tempos de instabilidade remuneração, trabalho estável e seguro e emprego a tempo inteiro são as maiores preocupações dos inquiridos em 2005/06 e em 2014 (Isabel Marçano, 2016). Estas são apreensões comuns a homens, mulheres e a todos os grupos etários. Em períodos de insegurança económica a maior atenção vai para a satisfação de necessidades básicas e para sonhar com um trabalho estável que permita a redução de incertezas face ao futuro.

Os dados apresentados no presente artigo evidenciam a importância dos chamados "laços fortes" na obtenção de emprego. A ativação das redes informais com familiares, amigos e colegas é estratégia dominante na procura de emprego por quem se encontra desempregado. As estratégias de resiliência individual e colectiva de sujeitos desempregados estão ancoradas na sua rede de relações sociais mais do que na dimensão institucional do Estado ou na participação em grupos ou organizações.

Os desempregados tendem a repetir aquelas estratégias de procura de emprego que funcionaram positivamente no passado e que estão ligadas à sua rede de abrigo e escudo protector das adversidades externas em contexto de Estado Social frágil. É provável que também eles sejam tocados pela desconfiança portuguesa em relação às instituições nacionais e europeias (Eurobarómetro de 2014) e que deveriam funcionar como instrumentos de proteção coletiva. As pessoas desempregadas despendem tempo, afetos e trocas variadas no espaço familiar e entre amigos e colegas, sendo também nestes contextos de proximidade emocional que procuram ajuda para aceder a um emprego.

Estes resultados sugerem a importância de explorar laços sociais e trocas na rede familiar, bem como a ocupação do tempo no desemprego. São poucos os que se imaginam a criar o próprio emprego, valor que reduz em 2014. Eles querem a segurança de uma organização, à semelhança da sua experiência no passado ou da realidade que conhecem a seus pais, familiares e amigos.

Mas o futuro já se mostra hoje com o trabalho organizado de forma diferente. As grandes organizações responsáveis pelo maior quinhão do PIB nacional contratam funções subsidiárias a fornecedores independentes ou a empresas subsidiárias. Como refere Handy (2015) existirão sempre as empresas "elefantes" mas surgem também as "pulgas independentes ou grupos de pulgas" dispostas a vender os seus conhecimentos e que necessitam sobretudo de clientes.

A questão que se coloca é se haverá espaço para todos no mercado de emprego que permita responder às necessidades pessoais, familiares e sociais que a sociedade de consumo e a concentração em grandes centros urbanos estimularam. O pessimismo em relação a conseguir novo emprego agravou-se em 2014 por comparação a 2005/06. Nas entrevistas os desempregados expressaram a necessidade de incentivos e como a ausência de resposta das empresas às candidaturas efetuadas por resposta a anúncio são um convite à desmotivação na procura de emprego.

O dispositivo público de emprego tem, certamente, um papel importante no apoio a desempregados que necessitem de um balanço de carreira e de suporte ao desenvolvimento de contactos na relação com o mercado de trabalho, bem como na dinamização de atitudes e práticas empreendedoras aos mais ativos e aos mais desencorajados.

Uma minoria de entrevistados gostaria de criar o próprio emprego mas confronta-se com a falta de recursos financeiros e de apoios que estimulem o empreendimento, com já abordámos em livro anterior (Isabel Marçano, 2015). Receiam também a instabilidade da vida económica, as alterações frequentes na legislação fiscal e a falta de apoio e proteção social estatal aos pequenos empresários se o negócio falhar.

Quanto às perspetivas de futuro, conclui-se que, apesar das dificuldades, parte muito significativa dos sujeitos ainda consegue encarar o futuro com entusiasmo e otimismo, sobretudo os que detêm escolaridade ao nível do secundário e pós-secundário.

É sempre difícil imaginar um futuro mais difícil do que o nosso para aqueles que são os nossos mais que tudo, quer dizer, os nossos filhos. A aspiração a um mundo melhor está presente na ideia dominante junto dos inquiridos ao acreditarem que os seus filhos terão uma vida melhor do que a sua.

Será que estamos preparados para um futuro que se avizinha com menos empregos para parte significativa da população numa sociedade de riscos? Qual o papel da família e da escola na orientação dos mais jovens para lidarem criativamente com a instabilidade e a incerteza no mundo globalizado e massificado? Estas são questões para debate em próximo artigo.

Bibliografia

ANTUNES, Margarida, "Novos empregos, novos pobres, trabalhadores pobres: uma visão Económica", Colóquio Cooperativismo e Economia Social: olhares cruzados, Centro de Estudos Cooperativos, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 27 e 28 de Junho de 2008. http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/ma

ARANOWITZ, S. e DIFAZIO, W. (1994), *The Jobless Future,* Minneapolis, Londres, Minnessota Press.

EUROPEAN COMISSION, *Europeans in 2014*, Special Eurobarometer 415. http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_415_data_en.pdf

FREYSSINET, Jacques (1991), *Le Chômage*, Paris, La Découverte, Collection Repères.

FRIEDMAN, G. (1968), *O Futuro do Trabalho Humano*, Lisboa, Moraes Editora.

GIDDENS, A. (2002), *O Mundo na Era da Globalização*, Queluz, Presença.

GRANOVETTER, M. (1973), "The strength of weak ties", in *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, 6, pp. 1360-1380, Maio.

GREIDER, William (1997), *One World, Ready or not: The Manic Logic of Global Capitalism,* Nova Iorque, Simon and Schuster.
HANDY, Charles (2015), *A Segunda Curva,* Lisboa, Círculo de Leitores.
HAYES, J. e NUTMAN (1981), *Comprendre les Chômeurs*, Bruxelas, Mardaga.
INE, Relatório de 4/2/2015
INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION (2016), *Non-standard employment around the world - Understanding challenges, shaping prospects*, Genebra.
LEDRUT, E. (1966), *Sociologie du Chômage*, Paris, PUF.
LEE, Eddy, (1996), "La mondialisation et l'emploi : des craintes justifiées?", in *Revue Internationale du Travail*, (Genebra), vol. 135, nº5, pp. 531-544.
OLIVEIRA, L. e CARVALHO, H. (2008), "A Precarização do Emprego na Europa", in *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, 3, pp. 541 a 567.
SALAIS, Robert (1986), *L' invention du Chômage*, Paris, PUF.
TOPALOV, Christian (1994), *Naissance du Chômeur, 1880-1910*, Paris, Albin-Michel.

Sites

https://www.ine.pt
https://www.publico.pt/
http://www.jornaldenegocios.pt
https://eco.pt
http://OIT.InformeEmpleoAtipico.pdf